



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 11, v. 2 mai. -out. 2019

p. 65-82.

As mulheres trans como objeto de amor: leitura laplancheana

Marina Maciel de Almeida¹

Fábio Roberto Rodrigues Belo²

RESUMO: Propomos uma investigação psicanalítica acerca das dificuldades de alguns homens cisgênero em relacionarem-se com mulheres transexuais. Partimos da hipótese de que a formação de nossas identidades diz respeito aos modos de tradução da passividade radical do começo da vida. Entendemos que as concepções de gênero associadas ao sexo fornecem subsídios para elaborarmos as vivências primitivas de desamparo. No entanto, encontramos problemas quando alguns modos de tradução precisam ser afirmados por meio da invisibilização de identidades consideradas desviantes. Constatamos que identidades cis são frequentemente associadas à adequação a norma, ao contrário do que acontece com as transgêneras, por vezes marginalizadas. Perguntamos por que para alguns desses homens é tão difícil o reconhecimento de que mulheres trans podem atingir o estatuto de objeto de amor. Concluimos alertando para a importância de o/a analista estar atento/a à dinâmica da identidade de gênero durante o tratamento analítico.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; cisgênero; transgênero; heterossexualidade; Jean Laplanche.

Abstract: We propose a psychoanalytic investigation about the difficulties of some men to relate to transsexual women. We start from the hypothesis that the formation of our identities relates to the modes of translation of the radical passivity from the beginning of life. We understand that gender conceptions associated with sex provide subsidies to elaborate primitive experiences of radical helplessness. However, there are problems when some translation modes need to be affirmed by invisibility identities considered deviant. We note that cisgender identities are often associated with the adequacy standard, unlike what happens with the transgender ones. We ask why for some of these men it is so difficult to recognize that trans women can achieve the status of love objects. We conclude pointing out the importance of the analyst be aware of the dynamics of gender identity during the analytic treatment.

Keywords: Gender; cisgender; transgender; heterosexuality; Jean Laplanche.

Resumen: Proponemos una investigación psicoanalítica acerca de las dificultades de algunos hombres cisgênero en hacer públicos sus relaciones con mujeres transexuales. Partimos de la hipótesis de que la formación de nuestras identidades se refiere a los modos de traducción de la pasividad radical del comienzo de la vida. Entendemos que las concepciones de género asociadas al sexo proveen subsidios para elaborar las vivencias primitivas de desamparo. Sin embargo, encontramos problemas cuando algunos modos de traducción necesitan ser afirmados por medio de la invisibilización de identidades consideradas desviantes. Constatamos que las identidades cis a menudo se asocian a la adecuación a la norma, al contrario de lo que ocurre con las transgêneras, a veces marginadas. Preguntamos por qué para algunos de estos hombres es tan difícil el reconocimiento de que las mujeres trans pueden alcanzar el estatuto de objeto de amor. Concluimos alertando sobre la importancia de que el analista esté atento a la dinámica de la identidad de género durante el tratamiento analítico.

Palabras clave: Gênero; cisgênero; transgênero; heterossexualidade; Jean Laplanche.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestra em Estudos Psicanalíticos pela UFMG. E-mail: mmaciela33@gmail.com

² Professor adjunto do Departamento de Psicologia (UFMG), doutor em Estudos Literários (UFMG). E-mail: fabiobelo76@gmail.com

Recebido em 11/04/17

Aceito em 30/08/19

1. Introdução

Em 2017, a ONG Transgender Europe publicou relatório sobre as mortes de pessoas trans em todo o mundo. Os resultados mostram que o Brasil lidera o ranking, tendo, de 2008 a 2016, registrado 938 assassinatos. Qual explicação a psicanálise daria a tal fenômeno político? O que, na vida psíquica de alguém, mobilizaria tanto ódio mortífero? Por que algumas mulheres trans não alcançam o estatuto de objeto de amor? Antes, por que uma parcela delas é alvo de violência permanentemente articulada à identidade de gênero?

Antes de tudo é importante definirmos o significado do termo cisgênero, já que nossa proposta neste artigo é a de investigarmos as dificuldades de alguns homens (que chamaremos de cisgênero) de assumirem socialmente relacionamentos afetivos com mulheres transgênero. O neologismo “cisgênero” está associado à ideia de estase, comumente utilizada pela química orgânica e biologia molecular cuja base é a raiz latina “cis”, que serve de nomenclatura para moléculas que não mudam de propriedade. A bióloga Dana Leland Defosse é reconhecida como a primeira pesquisadora a popularizar o termo cisgênero em uma pesquisa sobre subjetividades transgêneras iniciada em 1994. Sobre conversa com Defosse, Anne Enke (2012) escreve que, para a bióloga, cis serve como complemento ao prefixo trans porque na biologia molecular o termo cis é usado para descrever algo que age na mesma molécula (intramolecular) diferente daquilo que atua em moléculas diferentes (intermolecular). Na química orgânica, cis se refere a grupos de átomos que se orientam na mesma direção, enquanto trans se refere àqueles átomos que se orientam em direções opostas. Ainda dentro da definição de cis na química orgânica, o prefixo significa o atributo que alguns elementos possuem de não mudarem suas propriedades quando mudam de ambiente (ENKE, 2012).

O próximo passo no percurso de Dana Defosse, segundo Enke (2012), foi utilizar o potencial do prefixo cis para classificar a condição de alguns sujeitos de permanecerem identificados ao sexo denominado a eles em seu nascimento, mantendo a coerência entre o sexo designado no nascimento e sua identidade de gênero. “Agora, em uso comum, cisgênero implica em permanecer dentro de certos parâmetros de gênero (quaisquer que estejam definidos) ao invés de cruzar (ou *transing*) estes parâmetros.” (ENKE, 2012, p. 61, tradução nossa).

Para Enke (2012), as teorias queer e feministas não haviam, até então, discutido o conceito de cisgênero, mas elas contribuem amplamente para o debate sobre o fato de ele estar longe de possuir uma “natureza ontológica” (p.62). Além disso, muitas vezes somos levados/as a considerar que



identidades trans dizem de algum tipo de distúrbio, sendo inseridas por alguns/mas autores/as ao rol de sintomas que caracterizam as psicoses e outras psicopatologias (TEIXEIRA, 2006; JORGE & TRAVASSOS, 2017). Seguindo o caminho oposto ao desses/as autores/as, concordamos com Enke (2012) quanto ao fato de que nossas identidades (cis e trans) são, antes de tudo, políticas. A partir disso, podemos afirmar que nenhuma identidade é natural. Sua naturalização é efeito da afirmação de privilégios de uma parte da população:

Sem desconsiderar as vastas desigualdades sociais consequência da transfobia, nós sabemos de Simone de Beauvoir, a Monique Wittig, a Judith Butler até Ricki Wilchins que “mulher” e “homem” não são naturais, são coercitivos e compulsórios e que seu poder é construído em instituições que estruturam o que fazemos com nossos corpos, entre outras coisas (ENKE, 2012, p.62).

Para Aultman (2014), não especificar homens e mulheres que não são identificados como trans reforça a ideia de “naturalidade” ou “normalidade” desses indivíduos e de “anormalidade” com relação às pessoas denominadas trans. Utilizar o prefixo “cis” depois de “homem” ou “mulher” ao lado do uso de “homem trans” ou “mulher trans” seria uma forma de não reproduzir elementos que se refiram à marginalização de pessoas trans (AULTMAN, 2014). O uso do termo cisgênero pode ser entendido como um modo de excluir o termo transgênero da ideia de exceção dentro dos nossos modos socialmente compartilhados de identificarmos e classificarmos as pessoas por gênero e sexo. Dessa forma, cisgênero pode remeter à estase na química e biologia molecular, porém “do ponto de vista dos movimentos sociais, ele surge do reconhecimento e desnaturalização de seus poderosos efeitos” (ENKE, 2012, p. 68, tradução nossa).

Na sessão dedicada à homossexualidade masculina nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905) chama a atenção de seus interlocutores para o fato de que a investigação psicanalítica se opor “com toda firmeza à tentativa de separar os homossexuais dos outros seres humanos como um grupo de índole singular” (p.137). Uma das mais importantes constatações da psicanálise é a de que a existência do inconsciente permite que todos tenham, em potencial, a chance de vivenciarem quaisquer tipos de escolhas objetais. Isso não está previamente definido. Por isso, Freud (1905) argumenta que as relações heterossexuais, especificamente o interesse do homem pela mulher

é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química. A conduta sexual definitiva só se decide depois da puberdade e resulta de uma série de fatores ainda inabarcáveis, de natureza em parte constitucional e em parte accidental. Alguns destes fatores podem certamente incidir com força



tão desmedida a ponto de influenciarem o resultado em sua direção. Em geral, no entanto, a multiplicidade dos fatores reflete-se na diversidade das condutas sexuais manifestas nos seres humanos. (FREUD, 1905, p. 138)

Partindo do pressuposto de que o olhar da psicanálise está especialmente voltado aos efeitos da sexualidade humana na constituição dos sujeitos, discutiremos como a designação de gênero opera em questões relacionadas às vivências afetivas de pessoas trans com pessoas cis. Explicar tais processos de designação mostrará que os aspectos afetivos presentes na constituição identitária de alguns homens cis possibilitará levantar hipóteses sobre o ódio mobilizado por aquelas mulheres que estão fora da matriz heteronormativa (BUTLER, 1990).

O primeiro passo é retomar a crítica fundamental que a psicanálise faz quanto ao papel que a anatomia desempenha na designação de gênero e, como consequência, na constituição da identidade.

2. Crítica à anatomia como fundamento do gênero

A afirmação de Freud (1924) de que “a anatomia é o destino” (p.199) desencadeia até hoje críticas ao suposto determinismo do qual o autor lança mão nesta época. Não só consideramos necessária a crítica a esse aspecto da teoria freudiana como daremos prosseguimento ao trabalho de revisitar essa afirmação a partir de outro lugar, conforme o modelo de espiral proposto por Laplanche (1987/1993).

Para Belo & Fidelis (2015), a afirmação freudiana citada acima é um exemplo clássico de como a psicanálise, pelo menos em suas origens, supôs que o corpo é anterior ao pulsional. Como se a mera percepção da existência dos genitais despertasse acontecimentos psíquicos complexos como a angústia de castração ou a inveja; como se houvesse algo de natural nos destinos pulsionais.

Ribeiro (2000), retomando a pergunta de Laplanche (1980/1998) sobre o motivo pelo qual Freud não considerou a possibilidade de haver fantasias de castração, nos lembra da ideia, proposta por Freud (1905), na *Interpretação dos sonhos*, de que o conteúdo sonhado trata da realização de algum desejo. Quando da análise de um sonho de angústia em que um homem é perseguido por outro que leva nas mãos uma machadinha, somos levados a considerar que seria cabível a noção de uma fantasia de castração neste momento, mas essa constatação não aparece. A explicação de Ribeiro (2000) para isso é de que a tese do desejo de castração foi suprimida nesse momento da obra freudiana pela instalação de mecanismos defensivos:



A concepção clássica do complexo de Édipo no menino e a noção de primado fálico seriam dois exemplos principais desses dispositivos capazes de o proteger da possibilidade de uma teoria da castração, na qual o desejo de castração se impusesse de forma incontornável. (RIBEIRO, 2000, p. 195)

De acordo com Belo & Fidelis (2015), excluir a ideia de desejo de castração diz exatamente da supressão do desejo por ocupar uma posição de passividade, efeito da situação antropológica fundamental. Identificar-se com a mãe, por exemplo, causa no menino o desejo de ser uma mulher, tal como ela. Nesse caso, ser mulher pode representar tanto a qualidade de produzir bebês quanto a de ser penetrada ou de desejar sê-lo. Sabemos, porém, que a figura da mãe não é fundamental aqui. Entendemos também que “traduzir a passividade originária em termos de uma identificação com a mulher, ou com uma posição sexual ligada a passividade, são apenas traduções possíveis, nunca necessárias.” (p.170).

A designação de gênero encontra na anatomia uma via facilitada, por assim dizer, um alibi para se justificar. É como se a natureza fenomenológica dos corpos fosse uma garantia real e incontestável da atribuição de gênero; como se a localização do sujeito, dentro das categorias de masculino ou feminino, fosse condicionada por sua anatomia. Laplanche (1980/1988) dirá que o fato de se privilegiar a fisiologia para explicar a diferença sexual consiste no fato de que no âmbito da reprodução humana os aparelhos sexuais se complementam. Mas essa fundamentação não se sustenta, ela serve apenas para justificar todo um sistema de crenças e comportamentos baseados na ideia de complementaridade anatômica da atividade reprodutiva, que representa apenas uma pequena fração dos objetivos da sexualidade humana.

Laplanche (1980/1988) prossegue lembrando-nos da importância que o autoerotismo tem para a psicanálise. Desde os primórdios, a teoria psicanalítica priorizou a sexualidade do menino como objeto de estudo. Isso possibilitou a compreensão de que existem experiências de satisfação oriundas da manipulação do pênis pela criança ou a partir de fantasias de espancamento do órgão ou de coito anal. Isso nos mostra quão duvidosa é a tese de complementaridade anatômica no coito para outros fins que não a reprodução

Sabemos que a complementaridade no coito (e nós o sabemos essencialmente a partir de Freud e das investigações psicanalíticas) é o resultado de um processo aleatório, pelo menos no ser humano. A simetria das formas, convexas ou côncavas, que acreditamos ser um dado de origem incontestavelmente natural, é, na realidade, uma oposição adquirida ou reconquistada. O pênis, no começo, busca muitos outros lugares de excitação que não seu lugar pretensamente natural



(a vagina). Ele deve, em outras palavras, reencontrar a natureza após um longo processo em que a perdeu. (...) Portanto, a complementaridade, ao nível do coito, é o que há de mais questionável. (LAPLANCHE, 1988. p. 42).

No que diz respeito à anatomia, Laplanche (1980/1988) convida à reflexão sobre a incidência do imaginário no conhecimento anatômico e diz que a ciência só consegue sanar esse fato parcialmente. Um dos aspectos valiosos da psicanálise é o de apontar a noção de um “corpo imaginário” (p. 43) cuja materialidade é inventada pelos sujeitos, o que não possui a menor relação com postulados científicos. Essa anatomia, que Laplanche (1980/1988) denomina “popular” (p. 43), defronta-se com uma grande diversidade de órgãos. Ao se falar de aparelho sexual fala-se em pênis e vagina, mas também é preciso que se considere outros caracteres: seios, pelos, útero, etc. Há um problema quando esses órgãos são repartidos entre homem e mulher, quando a ausência ou presença de alguns deles passa a definir quem pode ser considerado o quê. A anatomia não é suficiente para garantir que uma “não-vagina” (p. 44) implique necessariamente em um pênis ou que uma “não-mulher” seja obrigatoriamente homem, tampouco podemos nos servir da anatomia para justificar a hipótese de um “terceiro excluído” ou da ininteligibilidade de um sujeito que porte atributos sexuais considerados opostos.

Para Laplanche (2003/2015), a diferença genital, aliada ao complexo de castração, funciona como modo de recalcar a sexualidade ampliada vivida no começo da vida, o que também explica a potência recalcante do gênero, organizado pelo sexo. A conveniência da lógica binária pode também ser compreendida a partir do caráter enigmático da prescrição de gênero (RIBEIRO, 2016), uma vez que possui propriedade organizadora sobre esse processo elaborado pelas múltiplas vozes, traduções e ruídos vindos do *socius* familiar.

De acordo com Arán (2009), a ideia freudiana de que, na puberdade, por efeito da repressão, o clitóris seria destituído de sexualidade transferindo-a para vagina, ratificou a indissociabilidade entre anatomia e gênero. Em seu início, a psicanálise, acidentalmente ou não, embasou-se na noção de que os sexos, por suas conformações anatômicas, seriam complementares, forjando uma armadilha ao atribuir um destino fatalmente material e anatômico a construtos discursivos, oriundos de uma narrativa cultural. Ao mesmo tempo em que a teoria freudiana nos apresentou a sexualidade perverso-polimorfa, a emoldurou com a anatomia.

Faz sentido, então, nos indagarmos sobre como alguns conceitos da psicanálise têm como consequência a restrição da sexualidade ao modelo binário, que divide os humanos em dois campos: o masculino e o feminino. Ainda segundo Arán (2009), não é possível entender a transexualidade (e a



sexualidade em geral) enquanto pertencente a uma única posição subjetiva e pode ser mais produtivo, nesses casos, separar “a manifestação social da transexualidade da necessidade de traduzi-la imediatamente numa estrutura ou num modo de funcionamento específico” (p. 668). Assim, convém repensar construções modernas acerca da diferença sexual, uma vez que essas tendem a naturalizar normas de gênero, contribuindo para a patologização e marginalização de determinados sujeitos.

Dada a ininteligibilidade desses sujeitos dentro da norma heterossexual³, problematizaremos o relacionamento entre mulheres transexuais e homens cisgêneros com base em conceitos da psicanálise sem perdermos de vista suas limitações. Por isso, concordamos com Arán (2009) quanto ao fato de que é preciso “repensar o sexual na psicanálise” no sentido da ampliação do conceito. A reflexão sobre questões concernentes aos impasses nas vivências afetivas de mulheres trans com homens cis pode contribuir para um aperfeiçoamento de temas que interessam à psicanálise, como a relação entre a designação de gênero e os papéis desempenhados pelos sujeitos a partir desse aspecto de sua constituição psíquica.

A crítica geral que desatrela anatomia e gênero se desdobra na crítica que se pode fazer à constituição da identidade como um todo. Como veremos na próxima seção, a constituição da identidade de gênero também é um processo comprometido com os esquemas narrativos e códigos tradutivos que recalcam a diversidade pulsional. Demonstrar essa tese será fundamental para compreendermos o lugar, ou melhor, o não-lugar de objeto de amor das mulheres trans.

3. Designação de gênero e identidade

A assunção de uma identidade parece ser sempre marcada pela situação do sujeito dentro dos códigos de gênero e sexualidade. Para fundamentar essa tese, lembremos de alguns pressupostos da Teoria da Sedução Generalizada (TSG).

A TSG fornece esclarecimentos acerca do modo como nossa constituição psíquica está fortemente relacionada à alteridade. Isso se dá porque a constituição do sujeito começa a partir do recebimento, enquanto bebê, de cuidados provenientes dos adultos. O cuidado com nosso corpo traz consigo a emissão de mensagens enigmáticas oriundas do inconsciente do adulto, colocando em funcionamento fantasias inconscientes desse cuidador. Não é muito difícil, então, concluirmos que a

³ A transexualidade “(...) é, sem dúvida, a que interroga da forma mais radical a noção de identidade, os processos identificatórios, o conceito de normalidade e, por extensão, o de patologia.” (CECCARELLI, 2017, p.13)



relação adulto-bebê é marcada pela dissimetria, e que admitamos o caráter traumático da sedução. Apesar disso, um trabalho de simbolização e tradução é empreendido pelo bebê⁴ a fim tornar viável a delimitação das fronteiras de seu próprio corpo. O deciframento total dessas mensagens é impossível e algo sempre sobra desse processo. São esses resquícios das tentativas de tradução que fundam o inconsciente. Isso é justificado pelo fato de que esses significantes enigmáticos apresentados pelo adulto são também para ele obscuros.

Ribeiro & Belo (2016), a partir das contribuições de Heinz Lichtenstein, Sándor Ferenczi e Judith Butler, investigam a relação entre designação de gênero, narcisismo e sexualidade, compreendendo o gênero como atributo fundamental na constituição das identidades. De acordo com os autores, os estudos realizados por Heinz Lichtenstein sobre os processos identificatórios se assemelham ao que Laplanche (1987/1992) propôs anos depois com a TSG. Para Heinz Lichtenstein, segundo Ribeiro & Belo (2016), os estímulos sensoriais decorrentes do cuidado da mãe funcionam como uma forma de comunicar à criança sobre os desejos inconscientes desta. Ao mesmo tempo em que a mãe supre as demandas do bebê, realiza, com esse cuidado, suas próprias fantasias relacionadas ao corpo da criança. Mais do que isso: a mãe elege quais demandas do bebê mais a agradam responder. Isso serve para que pensemos no caráter singular e alteritário da sedução.

Essa especificidade que marca os processos identificatórios irá prevalecer, nos sujeitos, no campo da sexualidade, o que confirma nossas impressões sobre sua fluidez, no sentido de que não podemos pensá-la enquanto portadora de um estatuto ontológico. Ao mesmo tempo, para Ribeiro & Belo (2016), a vivência dessa sexualidade instável é o que confere certa coesão ou identidade aos sujeitos. Embora não relacionados a uma noção apriorística, os diferentes modos como o sujeito foi identificado passivamente pelo outro reverberam em seu comportamento sexual pela via da repetição. E é esse mecanismo que funda a identidade, culminando tanto no “sentimento de existência, ou seja, uma espécie de densidade ontológica, quanto de continuidade dessa existência no tempo” (RIBEIRO & BELO, 2016, p. 5).

O gênero aparece na análise de Ribeiro & Belo (2016) como elemento estruturante na constituição da identidade exatamente pelo seu lugar nas operações do processo de recalçamento, ou seja, pela sua transmissão a partir das mensagens enigmáticas do adulto. Os autores concordam com

4 Laplanche (2003/2015) dirá que esse trabalho de simbolização é executado a partir de esquemas narrativos pré-concebidos pela cultura e transmitidos à criança como ferramenta para a tradução.



Laplanche (2003/2015) quanto à natureza prescritiva do gênero, que se faz presente nos discursos, na atribuição de um nome. Assim, a breve articulação entre gênero, narcisismo e sexualidade que propusemos nos fornece embasamento para a hipótese de que a passividade experimentada pela criança e a conseqüente intromissão do adulto formam o princípio das tentativas de tradução com as quais o sujeito se verá às voltas durante o resto da vida.

Com base nessas formulações, há pelo menos duas grandes saídas que articulam gênero e corpo. A primeira delas, compulsória, é a cisgênera, na qual a identidade de gênero é coerente e consistente com as designações que atrelam gênero e corpo numa determinada cultura (FUNK & FUNK, 2016, p. 70). Uma outra saída possível do processo de articulação corpo e gênero é a saída transgênera, na qual há uma incoerência, a partir dos códigos de gênero impostos pela cultura, entre gênero e corpo.

No caso ainda mais específico de algumas mulheres transexuais, aventamos a hipótese de que elas podem trazer em si o enigma do gênero no sentido de uma incoerência entre gênero e sexo, ou mesmo a não fixidez com que o sexo organiza o gênero, demonstrando que este pode não ser um arranjo permanente. Tal encontro suscitaria no homem cisgênero o confronto com sua própria passividade originária, este estado de desamparo radical do qual ele se defendeu a partir das premissas simbólicas da lógica fálica.

4. Identificação e desejo

Butler (1990/2003), a partir da leitura de Freud e das elaborações que se seguiram ao Édipo, problematiza noções da psicanálise em torno das identificações e seu papel fundamental na construção das identidades de gênero, demonstrando o equívoco da psicanálise em atribuir estatuto metapsicológico a construtos binários, edificados sobre bases político-culturais. Para Judith Butler, a renúncia edípica que promove a localização dos sujeitos em uma categoria (masculino ou feminino) é essencialmente melancólica e heterossexual.

Butler (1990/2003) diz que o ego nada mais é do que o que restou do trabalho de incorporação do objeto de amor abandonado, típico da melancolia. O tabu do incesto é, portanto, o fundador do gênero na medida em que é o causador da perda objetual cuja recuperação se dá, no ego, a partir da internalização do próprio objeto. Junto com o objeto serão internalizadas também a raiva e a culpa provenientes dessa perda; essas se instalam na psique sob a forma de ideal do ego, instância mantenedora das identidades de gênero internalizadas. Tal manutenção ocorre a partir do desvio do desejo pelo genitor amado. Em outras palavras, o objeto de amor internalizado é também



agente restritivo da demonstração do desejo por este. Segundo Freud (1923/2006), é como se o ideal do ego obrigasse o menino a ser como seu pai ao mesmo tempo em que deixa claro que ele não pode ter totalmente o pai.

Dessa forma, o ideal do eu é responsável pela proibição da relação com o objeto; seu aspecto melancólico reside na perda não simbolizada a partir de uma proibição e não de um desenlace ancorado na realidade, como a morte, por exemplo. O que será internalizado a partir do imperativo do ideal do eu é o sexo do objeto proibido. Para Butler (1990/2003), “essa proibição sanciona e regula identidades de gênero distintas e a lei do desejo heterossexual” (p. 98).

Encontra-se presente, na constituição psíquica, não só o tabu do incesto, mas o tabu da homossexualidade. Podemos tratar dessas proibições como fundadoras e reforçadoras das identidades de gênero, uma vez que as identidades não cessam de constituírem-se, seja a partir das constantes intervenções estéticas no corpo que comprovam as marcas da diferença sexual, seja pela crença em uma predisposição do desejo, ou seja, a forma como vivenciamos a afetividade nada mais é do que consequência da aplicação do tabu, como se o desejo estivesse submetido às proibições normativas que o moldam. Mas não podemos dissociar o modo como desejamos e amamos dos imperativos culturais, logo, do ideal do eu. Freud (1923) admite a possibilidade de múltiplas identificações, mas nos adverte sobre seu caráter patológico. Butler (1990/2003), por sua vez, pensará essa diversidade enquanto contestadora do determinismo dos códigos binários e heteronormativos.

Esse breve recorte de parte do trabalho de Judith Butler serve para indicar a distinção radical que se estabelece entre identificação e desejo na constituição do sujeito sexual. O que está em questão na problemática que estamos examinando é que o homem cis, ao se aproximar da mulher trans, se depara justamente com a suspensão da proibição relatada por Judith Butler. A mulher trans, num certo sentido, não produziu a separação radical entre identificação e desejo. É importante advertir, no entanto, que, por ser e se considerar uma mulher, a mulher trans não escapa também ao efeito melancólico da assunção de gênero. O que nos interessa para o momento é investigar como o ideal do eu do homem cis se vê ameaçado pela presença de alguém que, imaginariamente, articulou desejo e identificação de outra forma.

4.1 Fantasia literalizante e distinção antômica

De que forma tais configurações se evidenciam nos relacionamentos afetivos entre os homens cis e mulheres trans? Butler (1990/2003) sugere que, por sua estrutura melancólica, o processo de



identificação a um gênero não é passível de metaforização. Portanto, admite que a incorporação do sexo do objeto de amor é uma “fantasia literalizante” (p. 107), ou seja, se presentifica no próprio corpo. Isso quer dizer que a construção dos gêneros a partir da proibição do incesto e da homossexualidade está atrelada a um esforço de naturalização dos corpos, ou seja, de explicitação das partes corporais que podem ou não ser consideradas fontes de prazer e que atribuam significado ao gênero:

Diz-se que os prazeres residem no pênis, na vagina e nos seios, ou que emanam deles, mas tais descrições correspondem a um corpo que já foi construído ou naturalizado como portador de traços específicos de gênero. Em outras palavras, algumas partes do corpo tornam-se focos concebíveis de prazer precisamente porque correspondem a um ideal normativo de um corpo já portador de um gênero específico. Em certo sentido, os prazeres são determinados pela estrutura melancólica do gênero pela qual alguns órgãos são amortecidos para o prazer e outros, vivificados. A questão de saber que prazeres viverão e que outros morrerão está frequentemente ligada a qual deles serve às práticas legitimadoras de formação da identidade que ocorrem na matriz das normas de gênero. (BUTLER, 1990/2003, p.107-8)

A própria realidade dos corpos é também instituída pela fantasia. Nesse sentido, o corpo só pode ser apreendido pelo que a fantasia determina como real ou literal. O real do corpo é estabelecido a partir da naturalização da heterossexualidade dos corpos, das noções de complementaridade entre os sexos, o que irá determinar a direção dos desejos. Assim, a fantasia literalizante à qual Butler (1990/2003) se refere diz respeito àquilo que caracteriza a construção melancólica da sexualidade guiada pela norma heterossexual. A proibição da homossexualidade que funda a identidade de gênero aparece como fato anatômico, ou seja, a literalização tem a função de recalcar a homossexualidade.

O heterossexual masculino melancólico concentra-se na literalidade do pênis: ao mesmo tempo em que o prazer está asseverado neste, sua identidade é preservada pela negação do desejo pelo pênis. A ideia do genital feminino como natural e ontologicamente orifical é o que o protege de defrontar-se com a homossexualidade ou sexualidade ampliada pré-edípica, é ela a responsável por sustentar a coerência de sua performance heterossexual.

Aplicando o que vimos até aqui à problemática do amor entre o homem cis e a mulher trans, podemos levantar a hipótese de que o corpo da mulher trans pode ser alvo de violência na medida em que representa aquilo que foi impossível de fazer luto para o homem cis. A violência que, de maneira geral, é dirigida para o interior de si, de forma a garantir os imperativos que atrelam corpo e gênero é, no encontro amoroso entre o homem cis e a mulher trans, deslocada para fora. Essa tese projetiva, por assim dizer, não explica totalmente a complexidade desse tipo de violência, mas se



articula com as hipóteses que têm sido levantadas sobre a violência de gênero (LATTANZIO & RIBEIRO, 2012, 2017; RIBEIRO, 2012).

5. Vozes transcendententes

A partir dos anos 2010, testemunhamos o surgimento de uma nova cena musical no Brasil. Aqueles que possuem acesso a internet e aos demais veículos de comunicação têm entrado em contato com artistas cuja produção (tanto o conteúdo das letras das canções quanto a performance no palco) rompe com padrões de gênero, apesar deste não ser um tema totalmente inédito na cultura popular nacional⁵.

No livro *Vozes transcendententes: Os novos gêneros na música*, Larissa Ibúmi Moreira (2018) anuncia a “aventura fabulosa e ao mesmo tempo frustrante” (p. 13) de documentar parte do momento pelo qual passa a cena da música popular brasileira. Para a organizadora dessa coletânea de entrevistas, o que difere essa geração da MPB das anteriores são os discursos políticos em torno de questões de gênero. As personagens que relatam suas histórias de vida no livro são transexuais, travestis, gays, lésbicas, bissexuais, heterossexuais e cisgêneros. Mesmo não havendo a intenção de homogeneizar esse grupo, Moreira (2018) pôde observar que o que muitos desses sujeitos têm em comum é o fato de “representarem suas vivências políticas no palco por meio de canções, performances e discursos potentes” (p. 13). Em cada capítulo uma artista relata sua própria história livremente, a partir da metodologia da história oral.

Para Lejeune (1980/2014), era quase impossível ter acesso, no começo do século XX, à memória popular dos séculos anteriores, documentada por meio de relatos autobiográficos. Ele demonstra que a questão ia muito além da ausência de políticas de alfabetização das classes menos privilegiadas. O problema girava em torno do “circuito de comunicação do impresso e da função dos textos e discursos que passam por este canal” (p. 152). Ora, quem comanda esse circuito são as classes dominantes e parte de seus interesses é a divulgação de seus próprios valores, história e ideologia. O autor nos lembra de que os relatos autobiográficos não servem somente para a transmissão da memória. A fala e os costumes

⁵ A emergência, na década de 1960, de artistas como Ney Matogrosso, de movimentos de vanguarda como a Tropicália, do grupo de teatro Dzi Croquettes, dentre outros, já questionavam a normatividade dos papéis de gênero (IBÚMI, 2018). Segundo Gonçalves (2016), um dos efeitos do estabelecimento de multinacionais no país após o golpe cívico militar de 1964 foi a consolidação da indústria fonográfica. Com o aumento da distribuição de discos aumentaram também os mecanismos de repressão da ditadura, o exílio de artistas, a censura, as prisões políticas. Esses fatores, sem dúvida alguma, afetaram a arte produzida no Brasil de maneira geral.



também possuem essa função. Esses relatos conferem um espaço de construção da “identidade coletiva, as formas de vida próprias às classes dominantes. Essa identidade se impõe a todos os que pertencem ou se integram a essas classes e relega as outras a uma espécie de insignificância” (p. 152).

Segundo Lejeune (1980/2014), o silêncio das minorias parecia algo natural até o desenvolvimento do método etnográfico, que passou a ser muito utilizado nas ciências sociais. A partir da criação desse método, os pesquisadores passaram a coletar pelo gravador os relatos de vida de sujeitos marginalizados. Sua transcrição e publicação em livro dava acesso ao público às vozes de operários, camponeses, artesãos, etc. Método muito similar ao utilizado por Moreira (2018). A autora constata que, embora o desempenho das artistas entrevistadas tenha considerável alcance midiático, fora dos palcos suas identidades ainda são marginalizadas. Escolhemos trechos que confirmam nossas hipóteses sobre os lugares que essas mulheres ocupam enquanto objeto de amor.

A história que destacaremos é a de Raquel Virgínia. Durante a graduação em História na Universidade de São Paulo (USP), Raquel conhece Assucena Assucena e Rafael Acerbi com quem forma o grupo de MPB *As Bahias e a Cozinha Mineira*, em 2011. A escolha por esse nome diz das trajetórias de seus membros: Raquel nasceu em São Paulo, migrou para Salvador e retornou a São Paulo. Assucena Assucena é natural de Vitória da Conquista, na Bahia, e foi à São Paulo concluir a graduação na USP. Rafael Acerbi é mineiro de Poços de Caldas e também aluno da USP.

Em seu relato, Raquel associa o descobrimento e a afirmação de sua identidade de mulher transexual à solidão:

(...) Estava nascendo uma identidade. Nascendo uma proposta de vida. Essa proposta continua solitária, mas naquele momento era absurdamente solitária! Não tinha ninguém para acudir. E ainda mais morando sozinha. Tudo começou comigo morando só. Então eu era agredida o dia inteiro. Por todo lugar aonde ia, deparava com várias pessoas falando mil coisas. As pessoas riam. Em todo lugar onde entrava, eu era o assunto. E como eu voltava para casa depois de passar por tudo isso sozinha? (MOREIRA, 2018, p. 25)

As dificuldades de relacionamento que Raquel enfrenta atingem também as relações familiares: “A família é o ponto mais sensível da minha vida. Se eles me levassem numa boa eu aguentaria qualquer coisa” (MOREIRA, 2018, p. 29). Além da rejeição da família, há o medo de que a violência que ela sofre atinja aqueles que se dispuserem a manter contato com ela:

Meu corpo quando chega aos lugares, chama atenção. É um corpo que gera muitos comentários



absurdos, e nem sempre as pessoas estão dispostas a estar no meio desse absurdo que é o que eu vivo. Já me acostumei, mas as vezes nem eu quero. Por exemplo, eu não gosto de andar com minha mãe, de vê-la na situação de ouvir todas as ofensas que ouço cotidianamente... Isso é horrível! Evito sair com minha mãe para que ela não seja submetida aos olhares os quais me submetem (MOREIRA, 2018, p. 27)

Sobre esse ponto incluímos os relacionamentos afetivos com os homens cis:

(...) Nossa vida é muito fragmentada, nós, mulheres trans, não temos relacionamentos. Não tenho uma relação hoje na qual me sinta dentro de um relacionamento íntimo. Não tenho relacionamentos íntimos. Intimamente, sou uma pessoa solitária. Isso já me fez sofrer, mas hoje lido bem em ser solitária. Sou uma mulher trans e negra. (...) Entrei numa fase em que não reparo mais os olhares das pessoas nas ruas. Tanto que muitos amigos me perguntam como é que eu aguento tantas pessoas me olhando. Muitas me olham, e não é porque sou artista. Olham por outros motivos. É difícil se relacionar comigo. Imagina alguém querer uma intimidade comigo, jantar comigo no restaurante? Quanta disposição que esse boy não teria que ter?! Imagina ter que ir ao mercado comigo, ao cinema... É uma exposição muito grande! (MOREIRA, 2018, p. 27)

(...) Foi no começo de 2017. Eu estava em um lugar onde não sabia de nada. Conheci um boy na quadra da Mangueira, lá no morro. E aí eu tive com esse boy as noites de amor mais intensas! Nossa, que loucura! Foi uma noite de amor incrível. Ele era incrível, hiper-romântico, beijava minhas mãos. Era um homem negro, mais velho. Não consigo mais me lembrar da cara dele. Ele me chamava de princesa. (...) Depois de um tempo, esse boy pirou. De manhã, quando eu falei que ia embora, ele disse que não, que eu não iria embora. Ele começou a perguntar por que eu tinha metido a besta de estar ali. “Eu não sei o que está acontecendo”, ele disse. Falou que não ficava daquele jeito nem quando era uma mulher. E perguntava: “Por que estou assim com você?”. Dizia que estava me tratando igual a uma mulher, que eu tinha um rosto bonito e que ele não iria deixar meu rosto ficar ileso. Queria deixar alguma marca no meu rosto. Falava que os meus dentes eram bonitos e que eu iria sair de lá com pelo menos dois dentes quebrados. (...) Minha vida mudou naquele dia! Por vários motivos. Vi que estava mesmo sozinha. Quando saí daquele caso fiquei o dia inteiro sozinha. Não sabia com quem falar. Não tinha uma pessoa que eu pudesse procurar, que eu pudesse desabafar. Estávamos num barraco. Eu sentia muita sede, não tinha água e ficamos naquela batalha até as quatro da tarde. Até que ele se cansou e me soltou. Saí correndo, peguei um taxi e fui para o hotel. Cheguei no hotel (...). Compus uma música chamada “Drama”. (MOREIRA, 2018, p. 29-30)

A depreciação do que é feminino, ou a dominação das mulheres pelos homens, pode ser entendida como uma maneira que a cultura encontrou para simbolizar o trauma de ser penetrado pelo qual todos os corpos passam. O feminino é identificado à ausência do pênis, à incapacidade de



penetrar, estandarte da passividade. Nossa hipótese é a de que as mulheres trans podem encontrar-se imaginariamente relacionadas à atividade porque estariam atreladas a uma “masculinidade” baseada em uma anatomia ilusória, na existência de um sexo que culturalmente não condiz com o gênero. A dificuldade em se relacionar afetivamente com uma mulher trans diz do medo e/ou do desejo do homem ser penetrado como fora outrora pelas mensagens sexuais inconscientes do adulto? Ou ainda o reconhecimento, por assim dizer empírico, da possibilidade do desejo de castração? A mulher trans poderia ser vista como a realização de uma fantasia inconsciente e recalcada dos homens de terem seu corpo também aberto à penetração? Ela coloca em xeque o recalçamento de fantasias cujo recalçamento são a garantia da cisgeneridade?

Estando o gênero, a afetividade, o amor, calcados sobre este “real” do corpo, como é possível então, para o homem cisgênero heterossexual, vivenciar a experiência do relacionamento afetivo com uma mulher trans, cuja materialidade corporal transcende a norma heterossexual? As dificuldades e tensões apresentadas na relação entre uma mulher trans e um homem cisgênero põem em evidência que o desejo heterossexual nos homens não é sustentado apenas pela empiria dos corpos das mulheres. Não basta a presença de uma vagina – mesmo aquelas produzidas cirurgicamente – mas a história libidinal que lhe dá significado é determinante para os efeitos que ela (a mulher trans e seu corpo) causa no homem cisgênero. Podemos pressupor que a mulher trans pode tanto excitar quanto angustiar um homem, cujas respostas variam do desejo sexual/afetivo ao extremo da violência. Tal variação nas respostas se deve justamente às defesas envolvidas na articulação entre designação de gênero e corpo. Pressupomos que, quanto mais conflitiva essa articulação, mais violenta será a resposta do homem cisgênero diante das mulheres trans.

6. Conclusão

Nossa pesquisa mostra que o recalçamento, quando constitui a identidade generificada, tende a produzir esquemas narcísicos enrijecidos. Butler articula esse enrijecimento à melancolia. Ela o faz para destacar a radicalidade do processo. Nesse sentido, acaba por nos convidar, do ponto de vista clínico, a repensar a virulência dos mecanismos de subjetivação. A força dos efeitos da alteridade e dos esquemas tradutivos que nos são oferecidos, durante o processo de historização de nossas identidades, se impõe a partir do assujeitamento de identidades consideradas desviantes. Sob essa lógica restaria a esses sujeitos a possibilidade de uma existência marginal, restrita a guetos designados socialmente para o exercício de uma sexualidade não institucional, para além do amor e da norma heterossexual. Podemos perceber que as estruturas dessa norma buscam respaldo no discurso médico/científico, uma vez que os pilares



da diferença sexual estão ancorados na anatomia.

A psicanálise, desde o seu início, com as teorias freudianas do Complexo de Édipo e de castração, não conseguiu apreender a sexualidade humana por vias que desconsiderassem a ideia de complementaridade anatômica dos sexos. Diante das mudanças no modo de nos relacionarmos que vieram com o avanço das ciências médicas⁶ e com reivindicações cada vez mais contundentes dos movimentos sociais (a luta das mulheres por emancipação política e sexual, ou as lutas dos movimentos LGBTQI+ pelo reconhecimento de direitos básicos) é necessário repensarmos o sexual em psicanálise. Os fracassos de alguns relacionamentos afetivos entre homens cis e mulheres trans mostram quão sintomática é a constituição de nossas identidades. Não há como escapar à situação antropológica fundamental da qual Laplanche lança mão para desenvolver sua metapsicologia. No entanto, os modos de tradução para a inexorável passividade e penetrabilidade de nossos corpos podem ser outros, que não a exclusão de determinados sujeitos das possibilidades de vivenciarem o amor.

A análise do relato apresentado permite às e aos analistas uma possível recomendação no que tange à escuta desses casos. Trata-se, antes de tudo, de compreender o gênero como uma tradução contingencial. Tanto na escuta do homem cis, quanto da mulher trans, o que está em questão é a angústia produzida pela não adequação ao modelo heteronormativo ou, ainda mais radicalmente, ao imperativo que atrela gênero e corpo. A escuta analítica desses encontros amorosos deve levar em consideração os processos psíquicos e políticos envolvidos na constituição dos atores e das atrizes envolvidos nessa cena. A direção do tratamento decorrente do diálogo que estamos propondo entre Laplanche e Butler pressupõe analistas abertos à diversidade no sentido de uma oposição crítica à saída melancólica como única possibilidade na constituição da identidade de gênero e da orientação sexual.

6 No Brasil, o acesso à cirurgia de redesignação sexual ocorre pelo SUS: até 1997, essas cirurgias eram proibidas no Brasil. Pessoas que desejassem passar pela mesma eram obrigadas a recorrer a clínicas clandestinas ou, mais frequentemente, a médicos no exterior. Em 2008, o governo brasileiro decide finalmente oficializar as cirurgias de redesignação sexual, implantando o "Processo Transexualizador" por meio do Sistema Único de Saúde. (Portal Brasil, 2015)



Referências

- ARÁN, Márcia. A psicanálise e o dispositivo da diferença sexual. *Estudos Feministas*, v. 17, n. 3, p. 653-673, dez. 2009.
- AULTMAN, Lee. Cisgender. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, v.1, n. 1-2, p. 61-62, mai. 2014.
- BELO, Fábio., & FIDELIS, Kaio. Não cobiçarás a mulher do próximo. In: BELO, Fábio. (Org). *Os ciúmes dos homens*. Petrópolis: KBR, 2015, p. 157-174.
- BUTLER, Judith. Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual. In: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 71-140.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. *Transsexualidades*. São Paulo: Person Clinical Brasil, 2017.
- ENKE, Anne. The education of little cis: cisgender and the discipline of opposing bodies. In: Anne. Enke. (Ed.). *Transfeminist perspectives in and beyond transgender and gender study*. Philadelphia: Temple University Press, p. 60-77.
- FREUD, Sigmund. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 119-229,
- FREUD, Sigmund. (1923-1925). In.: FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: S. Freud, *O ego e o ID e outros trabalhos*, v. XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 273-277.
- GONÇALVES, Renato. *Nós duas: as representações LGBT na canção brasileira*. São Paulo: Lápis Roxo, 2016.
- JORGE, Marco Antonio Coutinho, & TRAVASSOS, Natália Pereira. A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização? *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, v. 20 n. 2, jun. 2017, p. 307-330.
- LAPLANCHE, Jean. (1980). Diversidade dos órgãos sexuais? In. LAPLANCHE, Jean. *Problemáticas II – castração*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 42-44.
- LAPLANCHE, Jean. *Problemáticas I: a angústia*. São Paulo: Martins fontes, 1998.
- LAPLANCHE, Jean. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano*. Porto Alegre: Dublinense, 2015.
- LATTANZIO, Felipe Figueiredo, & RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista. *Psicologia USP*, v.28, n. 1, 2017, p.72-82.
- LATTANZIO, Felipe Figueiredo, & RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Recalque originário, gênero e sofrimento psíquico. *Psicologia em estudo*, v.17, n.3, set. 2012, p. 507-517.
- MOREIRA, Larissa. Ibúmi. *Vozes transcendentas: os novos gêneros na música brasileira*. São Paulo: Hoo Editora, 2018.
- PORTAL BRASIL. 2008. *Cirurgias de mudança de sexo são realizadas pelo SUS desde 2008*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cirurgias-de-mudanca-de-sexo-sao-realizadas-pelo-sus-desde-2008>. Acesso em 15 de maio de 2017.
- PRINS, Baukje & MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos feministas*, v.10, n.1, jan. 2002, p. 155-167.
- REIDEL, Marina. Ser trans e as interlocuções com a educação. In: In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. *Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 62-72.
- RIBEIRO, Paulo de Carvalho. *O problema da identificação em Freud: recalamento da identificação feminina primária*. São Paulo: Escuta, 2000.
- RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Masculinidade e ciúme na perspectiva da teoria da sedução generalizada. *Psicologia em estudo*, 3, set. 2012, p. 445-452.



RIBEIRO, Paulo de Carvalho. O sexual, o fático e o orifical a partir da teoria da sedução generalizada. *Percurso*, v. 56, n. 57, dez. 2016, p. 105-112.

TEIXEIRA, Marina. O transexualismo e suas soluções. *Asephallus* v.1, n.2. Recuperado de http://www.isepol.com/asephallus/numero_02/artigo_06port_edicao02.htm.

TRANSGENDER EUROPE. 2017. *Observatório de Personas Trans Asesinadas (TMM)*. Disponível em transrespect: <http://transrespect.org/es/tdov-2017-tmm-update/>, Acesso em 15 de maio de 2016.

